

**SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA****Estatuto Social****SOLARES - Ação Social e Cidadania****Consolidado AGE de 02/04/2025****CAPÍTULO PRIMEIRO - Da Denominação e da Natureza Jurídica**

Art. 1º - Sob a denominação de "SOLARES - Ação Social e Cidadania", ou pela variação de origem fonética "SOLARIS - Ação Social e Cidadania", ou pelas formas abreviadas "SOLARES" ou "SOLARIS", fica instituída esta associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e de utilidade pública, com autonomia administrativa e financeira, e que se regerá por este ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes.

"CAPÍTULO SEGUNDO - Da Sede e Foro

Art. 2º - A "SOLARES" terá sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, à Avenida Presidente Vargas nº 962, sala 511, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-002 e Filial na Rodovia Vereador Oldemar de Figueiredo, 50 - Lagarto, Maricá, Rio de Janeiro, CEP: 24907-000, podendo abrir outras filiais ou agências em outras cidades ou unidades da federação, bem como no exterior, desde que cada uma tenha registro, matrícula própria e inscrição no CNPJ.

Art. 3º - O prazo de duração da "SOLARES" é indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO - Dos Objetivos e Finalidades

Art. 4º - Na Matriz a "SOLARES" tem por finalidade apoiar, desenvolver e promover ações de cidadania ativa para a defesa dos direitos humanos e elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, de proteção ao meio ambiente e aos direitos dos animais, através das atividades de educação, educação especial, educação profissionalizante, educação ambiental, educação animalista, treinamento e capacitação profissional, atividades culturais, esportivas e ações diretas para promoção e prevenção a Saúde e de assistência social, voltadas para crianças, adolescentes, os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, adultos, idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, as pessoas em situação de privação de liberdade, e os trabalhadores rurais, promover a gestão de indústria de caprinocultura, suinocultura e apicultura, serviços de engenharia, fabricação de alimentos desidratados e corretagem de planos de saúde.

Parágrafo Primeiro - Na Filial a "SOLARES" tem por finalidade a fabricação de alimentos desidratados.

Parágrafo Segundo - Para a consecução de suas finalidades, a "SOLARES" poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando:

I - a criação de outras associações em outras regiões do país e do exterior, inclusive através da mobilização de entidades governamentais e organizações da sociedade civis nacionais e internacionais. Assim como criação de escola técnica e faculdade;

**CamScanner**



SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

- II – elaboração, execução e gestão de programas de assistência social, de educação regular, elevação de escolaridade e profissionalização de jovens e adultos, iniciação esportiva, promoção à saúde: física-emocional, mental, social e espiritual dos indivíduos portadores de DST/Aids, dependência química, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, crianças, adolescentes, adultos e idosos; visando o resgate da cidadania, auto-estima, identidade própria, valorização da vida das pessoas estigmatizadas e/ou marginalizadas pela Associação;
- III – criação e execução de programas de promoção da cidadania e de resgate dos valores morais e promoção da interação e integração social dos participantes; inclusive com entidades e órgãos internacionais e de outros países;
- IV - promoção da geração de trabalho e renda, através da educação profissionalizante, de programas de qualificação e capacitação profissional e do incentivo ao empreendedorismo e ao cooperativismo;
- V - fomento de ações que contribuam para a elevação da auto-estima dos indivíduos assistidos, direcionando os assistidos jovens ao mercado de trabalho, as crianças os idosos a atividades que lhes possibilitem uma vida ativa e saudável, criando a noção de cidadania e participação social e incentivando as atividades físicas e participação em ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para crianças, adolescentes e idosos;
- VI - promoção de intercâmbio com entidades científicas nacionais e internacionais, de ensino e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde e do esporte bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, visando integrar e abrir oportunidades aos indivíduos participantes;
- VII – promoção de direitos humanos e dos direitos das minorias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, da criança e do adolescente, das pessoas em situação de privação de liberdade e dos idosos, combate a todo o tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado e infantil;
- VIII – execução de programas, projetos e produções culturais voltados para a promoção da autoestima e a participação de crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência;
- IX – realização de levantamentos, diagnósticos, estudos, mapeamentos, com base científica, criação de Observatórios.
- X - monitoramento das ações visando à comprovação dos resultados obtidos na aplicação de programas e ações diretas de assistência social, produção solidária e produção cultural executados pela “SOLARES” ou por quaisquer outras organizações governamentais e não-governamentais;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores humanos universais;
- XII - promoção da igualdade racial, articulando, acompanhando e executando programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, seguindo o cumprimento de acordos e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica. Promover a implementação de ações de assistência social nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais;
- XIII - promoção de ações focadas na equidade de gênero, visando contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego, promovendo a conscientização e sensibilização dos empregadores, estimulando as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das empresas;

SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

XIV - execução de programas, projetos e ações voltados para a promoção da autoestima e a inserção ao mercado de trabalho das Pessoas em Situação de privação de liberdade.

XV - Promoção de ações voltadas a estimular o amor e o respeito aos animais, divulgar as leis que protegem os animais, colaborar com os órgãos competentes no sentido de aprimorar a legislação relativa aos direitos dos animais.

XVI - Promover campanhas educativas e orientar a população quanto ao respeito e cuidados com os animais, fiscalizar o cumprimento da legislação relativa aos animais, promovendo as ações judiciais competentes, quando for o caso, dar assistência médico-veterinária aos animais pertencentes à população de baixa renda, inclusive controlando a população animal através de métodos contraceptivos, criar e manter abrigo para recolhimento e tratamento de animais abandonados.

XVII - Promover a gestão de indústria de caprinocultura, suinocultura e apicultura, atuando ainda na capacitação e pesquisa dos benefícios alimentares que essas culturas proporcionam para a segurança alimentar da população em geral.

XVIII - Promover a gestão da fabricação de alimentos desidratados.

Parágrafo Terceiro - A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos, entidades da Associação civil e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Parágrafo Quarto - Para alcançar os objetivos e finalidades definidas neste Estatuto, a "SOLARES" poderá contratar os serviços profissionais especializados, inclusive através de pessoas jurídicas, firmar convênios e outros instrumentos legais, objetivando estabelecer parcerias com empresas públicas e privadas, órgãos públicos, organismos internacionais, fundações públicas e privadas, universidades e outras instituições afins, nacionais e estrangeiras.

Parágrafo Quinto - Os serviços de educação ou de saúde a que a associação eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente por parte do cidadão assistido.

Parágrafo Sexto - A "SOLARES" não se envolverá em questões religiosas, político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

Art. 5º - Os recursos financeiros necessários à manutenção da SOLARES poderão ser obtidos por:

I - termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, convênios, contratos e outros instrumentos de pactuação firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;

II - contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;

III - doações, legados e heranças;

IV - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

V- contribuição dos associados;

VI - recebimentos de direitos relativos à propriedade intelectual e industrial;

SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

- VII - subvenções, auxílios, ou quaisquer contribuições;
- VIII - as arrecadações de fundos especiais que proporcionarem recursos financeiros para o funcionamento da SOLARES;
- IX - as rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
- X - os produtos de operação de créditos;
- XI - as ajudas financeiras de qualquer natureza;
- XII - o produto da venda do patrocínio de quaisquer atividades da SOLARES;
- XIII - depósitos para cauções ou garantias de execução contratual, de qualquer natureza que reverterem os seus cofres, em razão de inadimplência contratual; e
- XIV - o saldo positivo do exercício financeiro encerrado.

CAPÍTULO QUARTO - Dos Associados, seus Direitos e Deveres

Art. 6º - A "SOLARES" é constituída por número ilimitado de associados, os quais serão das seguintes categorias: fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos.

- a) São associados fundadores as pessoas físicas, sem impedimentos legais, que assinaram os atos constitutivos da associação;
- b) São associados efetivos as pessoas físicas, sem impedimentos legais, que venham a ser admitidos nos termos do Artigo 11, Parágrafo Único, do presente Estatuto;
- c) São associados colaboradores pessoas físicas, sem impedimentos legais, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da "SOLARES";
- d) São considerados associados beneméritos pessoas ou instituições que se destacaram por trabalhos que se coadunem com os objetivos dessa Associação.

Art. 7º - São requisitos para admissão como associado da SOLARES:

- a) registro do nome da pessoa física ou jurídica, admitida como tal;
- b) no caso dos associados colaboradores, o pagamento da primeira contribuição associativa;
- c) no caso dos associados fundadores e efetivos a assinatura das respectivas atas das Assembleias Gerais que os acolheram;
- d) no caso dos associados beneméritos a aprovação em Assembleia Geral e o respectivo registro em Ata.

Art. 8º - São requisitos para demissão do quadro social da SOLARES:

- a) manifestação escrita do associado;
- b) o não pagamento, por 6 (seis) vezes, da contribuição associativa.

Art. 9º - São passíveis de exclusão do quadro social os associados que:

- a) desrespeitarem as prescrições do presente estatuto, da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
- b) praticarem atos lesivos aos interesses da SOLARES;

**SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA**

- c) reincidirem na prática de faltas que já tenham motivado suspensão de seus direitos associativos:

Art. 10º - Da aplicabilidade da exclusão do quadro social aos associados:

- a) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento interno que assegure direito de defesa e de recurso;
- b) Verificada a existência da justa causa referida no parágrafo anterior, o Conselho Diretor designará comissão composta por 3 (três) diretores, para a instalação de sindicância que apurará o fato, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, observado o direito de defesa;
- c) Compete ao Diretor Presidente, com base no parecer da comissão e nos demais elementos de convicção, decidir, de forma fundamentada, pela exclusão ou não do associado;
- d) Da decisão que determinar a exclusão do associado caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, à Assembleia Geral. Na ocorrência desta hipótese, a Assembleia Geral será convocada para julgar o recurso.

Art. 11 - Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da "SOLARES", nem pelos atos praticados pela Diretoria.

Parágrafo Único - A admissão de novos associados efetivos, colaboradores e beneméritos, será decidida pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

Art. 12 - São direitos dos associados:

- I - participar de todas as atividades associativas;
- II - propor a criação e tomar parte em comissões, gerências e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
- III - apresentar propostas, programas e projetos de ação para a "SOLARES".
- IV - ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente.

Parágrafo Único - os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Art. 13 - São deveres dos associados:

- I - observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da Associação;
- II - cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da "SOLARES" e difundir seus objetivos e ações;

Art. 14 - Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a "SOLARES".

SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

CAPÍTULO QUINTO - Da Estrutura Organizacional

Art. 15 – A estrutura organizacional da “SOLARES” será constituída de:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Gestor;
- IV – Conselho Consultivo “Professor Doutor Otilio Machado Pereira Bastos”;
- V – Conselho Fiscal; e
- VI – Conselho de Ética.

CAPÍTULO SEXTO - Da Assembléia Geral

Art. 16 - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, e é constituída pelos associados da “SOLARES”

Art. 17 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente uma vez por ano, competindo-lhe privativamente apreciar e deliberar os seguintes temas:

- I – aprovar as Demonstrações Contábeis e demais relatórios financeiros do exercício anterior, o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
- II – eleger e destituir os administradores membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e de Ética;
- III – aprovar a nomeação ou contratação dos membros de primeiro nível dos órgãos de gerência;
- IV – admitir novos associados efetivos, colaboradores e beneméritos;
- V – deliberar sobre a reforma e alterações do Estatuto;
- VI – deliberar sobre a dissolução e/ou extinção da Associação e a destinação do patrimônio social;
- VII – deliberar sobre o valor da remuneração de dirigentes estatutários;
- VIII – deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 18 - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, ou por carta assinada por pelo menos 1/5 dos associados.

Parágrafo Único - A convocação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de e-mail ou carta registrada endereçada a todos os associados ou pela fixação de edital da sede social da associação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, conforme estabelece a legislação em vigor.

Art. 19 - O quorum mínimo exigido para a instalação da Assembléia Geral, em primeira convocação, é do número correspondente à metade dos associados admitidos até a assembléia geral imediatamente anterior e, em segunda convocação, por um quinto dos associados admitidos até a assembléia geral imediatamente anterior.

Parágrafo Primeiro - Terão direito a voto nas assembléias todas categorias de associados: fundadores, beneméritos, colaboradores e efetivos, este último desde que em dia com sua contribuição financeira.

**SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA**

Parágrafo Segundo – A “SOLARES” adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Parágrafo Terceiro – As Assembleias Gerais ou extraordinárias, assim como as deliberações e votações poderão ser feitas virtualmente, e o sistema de deliberação remota deverá garantir os direitos de voz e de voto a quem os tem direito.

CAPÍTULO SÉTIMO - Da Administração

Art. 20 - A SOLARES será administrada por uma Diretoria Executiva eleita em Assembleia Geral integrada por 5 (cinco) associados eleitos para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos de duração, sendo obrigatória a renovação de 1/3 (um terço) no mínimo.

Parágrafo Primeiro – A Diretoria Executiva será composta de um Diretor Presidente, um Diretor Executivo, um Diretor de Finanças, um Diretor Técnico e Projetos e um Diretor de Relações Institucionais instalando-se suas reuniões com pelo menos metade de seus membros que deliberam por maioria simples, sendo reservado ao Diretor Presidente o voto de qualidade;

Parágrafo Segundo – Não poderão ser eleitos para os cargos de Diretoria da “SOLARES” os associados que sejam membro do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha-reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Parágrafo Terceiro - São inelegíveis todos aqueles impedidos por Lei, os condenados com sentença transitada em julgado, por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou ato contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade e as disposições contidas no presente Estatuto e nas Normas Reguladoras, aprovadas em Assembleia Geral, que incorporarão o Regimento Interno da SOLARES.

Parágrafo Quarto - Os membros da Diretoria Executiva poderão ser reeleitos por mais de um mandato.

Parágrafo Quinto - É vedado a qualquer membro da Diretoria ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da “SOLARES”.

Parágrafo Sexto – É possível a remuneração de dirigentes estatutários desde que atuem efetivamente na gestão executiva da associação. Caso o dirigente estatutário ou diretor, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, não será impedido de receber remuneração exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. A remuneração individual respeitará como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pela Assembleia Geral e registrado em ata, podendo ser corrigido monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Art. 21 - A Diretoria Executiva é órgão da administração da SOLARES e reger-se-á pelas seguintes normas:

- I - Aprovará o Regimento Interno que criará a estrutura de gerência e de operação da SOLARES;
- II - Aprovará os ocupantes das funções de confiança do primeiro nível da estrutura de gerência para o desempenho do cargo, em absoluta conformidade com as descrições e especificações definidas no Regimento Interno;
- III - Reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Diretor Presidente ou por solicitação do Conselho Fiscal;
- IV - Deliberará, validamente, com a presença da maioria dos votos presentes, reservado ao Diretor Presidente o exercício do desempate;
- V - As deliberações serão sempre consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos, pelos seus integrantes.

Art. 22 – Compete ao Diretor Presidente da SOLARES:

- I - Indicar o seu substituto em seus impedimentos, mediante procuração outorgada por instrumento público com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração para representação da SOLARES;
- II - Planejar, controlar, coordenar e traçar diretrizes e normas para as operações e serviços da SOLARES, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral;
- III - Representar ativa e passivamente a SOLARES em Juízo ou fora dele;
- IV - Contratar ou nomear a Assessoria Jurídica;
- V - Controlar, coordenar e orientar a execução de todas as atividades da SOLARES, através de instrumentos formais e pelo contato assíduo com os demais responsáveis pelo desenvolvimento organizacional da SOLARES;
- VI - Submeter à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal, conjuntamente com o Diretor de Finanças, a Proposta Orçamentária de cada exercício financeiro, cumprindo e fazendo cumprir as determinações aprovadas;
- VII - Assinar os contratos e demais documentos constitutivos de obrigações da SOLARES, inclusive bancários e junto ao sistema financeiro, em conjunto com o Diretor de Finanças ou individualmente;
- VIII - Articular-se com as Entidades Públicas e Privadas, nacionais e internacionais, objetivando patrocínios e para o desenvolvimento de Programas e Projetos da SOLARES;
- IX - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva bem como das Assembléias Gerais;
- X - Apresentar anualmente a Assembléia Geral Ordinária:
 - a) Relatórios da Gestão Administrativa;
 - b) Pareceres do Conselho Fiscal, e se for o caso, dos auditores externos independentes sobre os relatórios de gestão;
 - c) Plano de Trabalho para o exercício seguinte;
 - d) Projeção Orçamentária para o exercício seguinte.
- XI - Elaborar e submeter à Diretoria Executiva o Regimento Interno da Associação;

Art. 23 – Compete ao Diretor Executivo:

- I - Cumprir e fazer cumprir o que estabelece o Regimento Interno da SOLARES;
- II - Contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários da SOLARES de nível de Gerência, exceto Assessoria Jurídica e a Assessoria Contábil;

**SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA**

- III - Propor à Diretoria Executiva projetos, programas e ações em parceria com entidades públicas e privadas;
- IV - Operacionalizar os programas, convênios, contratos e demais decisões tomadas pela Diretoria Executiva e demais instâncias da SOLARES;
- V - Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas, para atuação conjunta no desenvolvimento dos Planos e Programas de interesse da SOLARES;
- VI - Propor à Diretoria Executiva a criação cargos e funções “ad hoc” que viabilizem a efetivação de projetos e programas da Solares;
- VII - Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas com vistas à busca de alternativas de ações nas áreas afins;

Art. 24 – Compete ao Diretor de Finanças da SOLARES:

- I - Promover o equilíbrio financeiro da SOLARES e as condições materiais para o incremento das atividades operacionais;
- II - Cumprir e fazer cumprir o que estabelece o Regimento Interno da SOLARES;
- III - Manter e fazer manter atualizada a escrituração contábil e o cumprimento das obrigações fiscais, tributárias e todas as demais obrigações contraídas pela SOLARES;
- IV - Contratar ou nomear a Assessoria Contábil;
- V - Submeter à Diretoria Executiva, conjuntamente com o Diretor Presidente da SOLARES, a Projeção Orçamentária de cada exercício financeiro, cumprindo e fazendo cumprir as determinações aprovadas;
- VI - Apresentar anualmente a ao Diretor Presidente em prazo de trinta dias antes da Assembleia Geral Ordinária:
 - a) Síntese contábil dos relatórios da Gestão Administrativa;
 - b) Pareceres do Conselho Fiscal, e se for o caso, dos auditores externos independentes sobre os relatórios de gestão e
 - c) Projeção Orçamentária para o exercício seguinte;
- VII - Assinar os contratos e demais documentos constitutivos de obrigações da SOLARES, inclusive bancários e junto ao sistema financeiro, em conjunto com o Diretor Presidente;

Art. 25 – Compete ao Diretor Técnico e Projetos:

- I - promover o desenvolvimento organizacional da associação, provendo a adoção de métodos e sistemas que viabilizem a otimização dos resultados das suas ações;
- II - Promover o crescimento da SOLARES nas suas áreas de atuação com a criação de novos projetos e programas em conformidade os seus objetivos sociais e com as deliberações das instâncias decisórias da SOLARES;
- III - Propor à Diretoria Executiva projetos, programas e ações em parceria com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- IV - Desenvolver parcerias com os representantes das entidades públicas e privadas para atuação conjunta no desenvolvimento dos Planos e Programas de interesse da SOLARES;
- V - Promover o intercâmbio com entidades públicas e privadas com vistas à busca de alternativas de ações nas áreas afins;
- VI - Elaborar, em parceria com o Diretor de Relações Institucionais, as pautas temáticas para discussão com os segmentos sociais, formadores de opinião e participantes potenciais dos empreendimentos em andamento ou potencialmente significativos;

Art. 26 – Compete ao Diretor de Relações Institucionais:

- I - Promover a imagem e presença da SOLARES nas suas diversas áreas de atuação para a consecução dos seus objetivos sociais através de eventos sociais e atividades temáticas;

SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

- II - Articular-se com as Entidades Públicas e Privadas, nacionais e internacionais, objetivando patrocínios e financiamentos para o desenvolvimento de Planos e Programas da SOLARES;
- III - Desenvolver parcerias com os representantes das entidades públicas e privadas para atuação conjunta no desenvolvimento dos Planos e Programas de interesse da SOLARES;
- IV - Elaborar, em parceria com o Diretor Técnico, as pautas temáticas para discussão com os segmentos sociais, formadores de opinião e participantes potenciais dos empreendimentos em andamento ou potencialmente significativos;
- V - Elaborar e executar, após aprovação pela Diretoria Executiva, o plano de divulgação, marketing e propaganda da SOLARES;
- VI - Contratar e coordenar a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social da Solares;

Art. 27 - A competência e as atribuições dos tipos de Gerência serão definidas no Regimento Interno da SOLARES e a Diretoria Executiva aprovará a indicação dos profissionais que ocuparão as gerências cabendo a Assembléia Geral aprovação e a nomeação ou contratação dos profissionais. Os tipos de gerência são:

- I - Gerência Executiva;
- II - Gerência Regional;
- III - Gerência de Programas;
- IV - Gerência de Projetos;

Parágrafo Primeiro - A Gerência Executiva da Solares é órgão profissional permanente da Solares; ela será preenchida por profissional contratado no mercado com experiência na gestão de programas e projetos sociais e/ou culturais por ato do Diretor Executivo, competindo ao seu ocupante assessorá-lo diretamente em suas atribuições bem como implantar as deliberações da Diretoria Executiva;

Parágrafo Segundo - A Gerência Regional é órgão de gerência da SOLARES devendo as abrangências das regiões geográficas, bem como as atribuições e responsabilidades específicas de cada Gerente Regional serem definidas no Regimento Interno da SOLARES, sendo os cargos preenchidos por ato de contratação ou nomeação do Diretor Executivo mediante a aprovação da Diretoria Executiva;

Parágrafo Terceiro - As Gerências de Projetos e de Programas são órgãos de gerência da SOLARES, devendo as suas atribuições e responsabilidades específicas serem definidas no Regimento Interno da SOLARES, sendo os cargos preenchidos por ato de contratação ou nomeação do Diretor Executivo mediante aprovação da Diretoria Executiva;

Parágrafo Quarto - As Gerências de Projetos e de Programas têm a atribuição conforme as necessidades e possibilidades de custeio dos projetos e programas em andamento;

CAPÍTULO OITAVO - Do Conselho Gestor

Art. 28 - O Conselho Gestor é órgão de deliberação coletiva com finalidade de viabilizar os projetos em andamento, podendo planejar, orientar, fiscalizar e controlar as atividades operacionais da SOLARES.

Art. 29 - Compete ao Conselho Gestor:

SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

- I - assessorar tecnicamente a Diretoria Executiva da “SOLARES” na condução e evolução das ações e dos projetos da entidade, inclusive com a sugestão de novas iniciativas;
- II - elaborar projetos para captação de recursos financeiros junto a órgãos governamentais, agências de financiamento ou empresas, destinados à realização dos objetivos da “SOLARES”;
- III - apresentar ao Presidente um plano de trabalho anual específico para a “SOLARES”;
- IV - manter o referido plano atualizado e encaminhar avaliações periódicas da sua implementação para o Presidente da “SOLARES”;
- V - operacionalizar as atividades e projetos da “SOLARES”;

Art. 30 - O Conselho Gestor será composto pelo Gerente Executivo, Gerente(s) Regional (ais), Gerente de Projetos e Gerentes de Programas, sendo que seus mandatos serão de 4 anos, sempre coincidindo com o prazo de mandato da Diretoria Executiva e reunir-se-ão bi-mensalmente, sob a presidência de um membro da Diretoria Executiva da SOLARES, ou sempre que por ela forem convocados.

Parágrafo Primeiro - As deliberações e pareceres do Conselho Gestor serão tomados por maioria simples, cabendo ao membro da Diretoria Executiva presente à reunião, o voto de qualidade;

Parágrafo Segundo - Compete ao Gerente Executivo secretariar as reuniões do Conselho Gestor;

Parágrafo Terceiro - Ao secundar as suas decisões o Conselho Gestor sempre deverá indicar nominalmente os responsáveis pelas ações, bem como o prazo para sua consecução e a origem dos recursos a serem utilizados para tal.

CAPÍTULO OITAVO - Do Conselho Consultivo

Art. 31 - O Conselho Consultivo será o órgão de assessoria e cooperação técnica da Solares, constituído por cidadãos de reconhecido saber, idoneidade e destaque profissional, representantes de Entidades Públicas e privadas que tenham destaque na sua área de atuação, associados ou não da Solares, convidados pela Diretoria Executiva, sem limite de número de participantes, sendo que seus mandatos serão de 4 anos, sempre coincidindo com o prazo de mandato da Diretoria Executiva.

Art. 32 - O Conselho Consultivo terá o objetivo de assessorar a Diretoria Executiva, os órgão de gerência, os associados e funcionários da Solares na consecução de seus objetivos estatutários, principalmente na elaboração, condução e implementação de suas ações, campanhas e projetos;

Parágrafo Primeiro - Como órgão de assessoramento da Solares o Conselho Consultivo será presidido pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo;

Parágrafo Segundo - Competirá ao Conselho Consultivo emitir, por solicitação do Presidente da Solares, do Diretor Executivo ou de metade dos membros da Diretoria Executiva, pareceres e recomendações sobre ações, campanhas e projetos a serem desenvolvidos pela Solares;

Parágrafo Terceiro - As matérias que deverão ser submetidas à discussão e aprovação pelo Conselho Consultivo, deverão constar de Pauta, previamente submetida aos futuros participantes do evento, que deverá ser agendado com 10 dias de antecedência de sua realização;



SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Parágrafo Quarto - Os pareceres e recomendações do Conselho Consultivo serão aprovados por maioria simples, cabendo ao presidente da reunião o voto de qualidade.

Parágrafo Quinto - As questões que tenham sido submetidas aos Honoráveis Conselheiros deverão constar de Ata específica que será ser firmada pelos participantes do evento e encaminhadas à Diretoria Executiva;

CAPÍTULO NONO - Do Conselho Fiscal

Art. 33 - O Conselho Fiscal será fiscalizador da administração contábil financeira da "SOLARES", e se comporá de 3 (três) membros de idoneidade reconhecida. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato dos membros da Diretoria Executiva, permitida a recondução. Em caso de vacância, o mandato será assumido por membro eleito pela Assembleia Geral, convocada para este fim, até seu último término.

Art. 34 - Os membros do Conselho Fiscal serão convidados pelos associados efetivos, e nomeados pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 17, inciso III, deste Estatuto.

Art. 35 - Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar os livros de escrituração da "SOLARES";

II - Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da "SOLARES", oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;

III – Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da "SOLARES", sempre que necessário;

V - Comparecer, quando convocados, as Assembleias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;

VI - Opinar sobre a dissolução e liquidação da "SOLARES";

VII – Requisitar ao Diretor de Administração e Finanças, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela "SOLARES";

VIII – Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Fiscal elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos desse Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade. **Parágrafo Terceiro** - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO DÉCIMO - Do Conselho de Ética

Art. 36 - Com o objetivo de assessorar a diretoria nos casos de decisões que impliquem em juízo de valor sobre a conduta de associados, estagiários, funcionários, fornecedores, clientes e colaboradores da "SOLARES" na consecução de seus objetivos estatutários, a Assembleia Geral Ordinária, nos termos do **Artigo 17, inciso II** deste Estatuto, elegerá 5 (cinco) associados efetivos que, em conjunto com os associados fundadores, compõem o Conselho de Ética da SOLARES. O mandato do Conselho de Ética será coincidente com o mandato dos membros da Diretoria

**SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA**

Executiva, permitida a recondução. Em caso de vacância, o mandato será assumido por membro eleito pela Assembleia Geral, convocada para este fim, até seu último término.

Parágrafo Primeiro: competirá ao Conselho de Ética emitir, por solicitação do Presidente da “SOLARES” ou de metade dos membros da Diretoria Executiva, pareceres, censuras e recomendações sobre a conduta ética de qualquer associado.

Parágrafo Segundo: competirá ao Conselho de Ética emitir, por solicitação do Presidente da “SOLARES” ou de metade dos membros da diretoria/eleita, pareceres, censuras e recomendações sobre a conduta ética e profissional de funcionários, estagiários e demais prestadores de serviços.

Parágrafo Terceiro: os pareceres, censuras e recomendações sobre a conduta ética de qualquer associado e sobre a conduta ética e profissional de funcionários, estagiários e demais prestadores de serviços da “SOLARES” serão tratados necessariamente de maneira confidencial, cabendo única e exclusivamente ao Presidente ou, por sua expressa delegação, aos Diretores, a aplicação de sanções ou penalidades.

Parágrafo Quarto: os pareceres, censuras e recomendações do Conselho de Ética serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente da “SOLARES” o voto de qualidade. **Parágrafo Quinto:** O presidente da “SOLARES”, enquanto no exercício do seu mandato, terá assento, voz e voto garantidos no Conselho de Ética, independente de ser associado fundador ou não.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO - Do Patrimônio

Art. 37 - O patrimônio da “SOLARES” será constituído por doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras.

Art. 38 - A “SOLARES” não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

Parágrafo Único - A “SOLARES” não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO - Do Regime Financeiro

Art. 39 - O exercício financeiro da “SOLARES” encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 40 - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros 60 (sessenta) dias do ano seguinte à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – Da qualificação da ‘SOLARES’ como pessoa jurídica sem Fins Lucrativos e de Utilidade Pública

Art. 41 - A “SOLARES” não distribui, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.



SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Art. 42 - A “SOLARES” aplicará integralmente suas rendas, recursos e, eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Art. 43 - A SOLARES em consolidando sua atuação como Associação Civil Sem Fins Lucrativos apoiado no Código Civil Brasileiro, na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - LOAS e na lei 13.019/2014, no caso de sua dissolução, aprovada a extinção pela Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 49, deste Estatuto, proceder-se-á ao levantamento e doação do seu respectivo patrimônio remanescente a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da “SOLARES”.

Art. 44 - A “SOLARES” no desenvolvimento de suas atividades, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não faz qualquer discriminação de raça, etnia, cor, gênero, religião, orientação sexual, bem como as pessoas com necessidades especiais, deficiência e/ou estigmatizados socialmente.

Art. 45 - O conselho fiscal ou órgão equivalente, terá competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Art. 46 - A “SOLARES” observará as seguintes normas de prestação de contas:

- I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-os as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FTGS, colocando-se à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas, de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal;

Art. 47 - É vedada à “SOLARES”, quando Organização da Associação Civil de Utilidade Pública, independente e autônoma, a participação em campanhas de interesse político-partidário de qualquer natureza”.

Art. 48 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a “SOLARES” em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 49 - A “SOLARES” será dissolvida e/ou extinta por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.


Art. 50 - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria simples dos associados participantes da Assembléia Geral Extraordinária convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

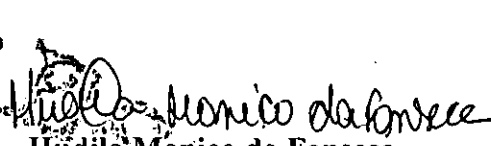
**SOLARES – AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA**

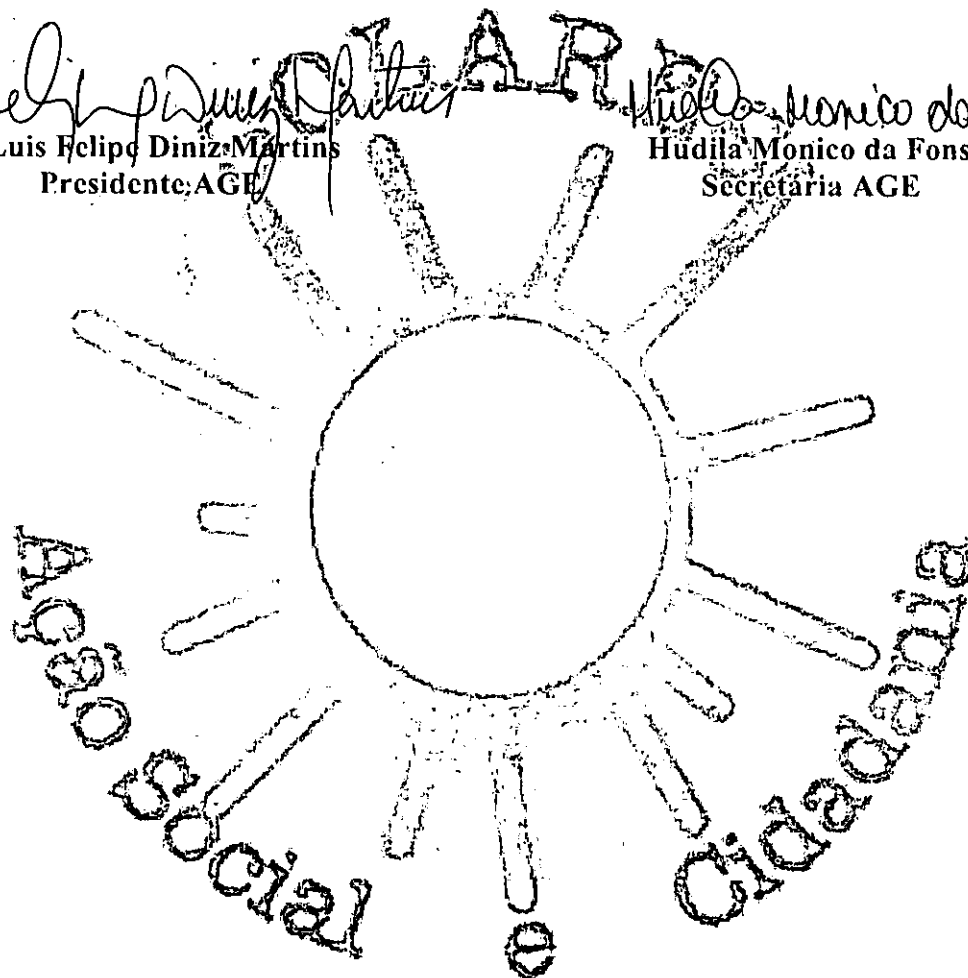
Art. 51 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 52 – O presente Estatuto entra em vigor a partir desta data devendo ser imediato seu registro e arquivamento no cartório competente, nos termos da lei.

Consolidado após AGE realizada em 02/04/2025.


Luis Felipe Diniz Martins
Presidente AGE


Hudila Monico da Fonseca
Secretaria AGE

**Registro Civil de Pessoas Jurídicas**

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO

CNS-Matr. 093245-190721


1202504161508217 06/05/2025

Emol: 344,11 Tributo: 142,28 Reemb: 9,75

Selo: EEXO24990 SIN

Consulte em www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo

Verifique autenticidade em rcpj.rj.com.br ou pelo QRCode ao lado


Rodolfo P. de Moraes
Oficial



ASSINADO DIGITALMENTE
RODOLFO PINHEIRO DE MORAES

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



CamScanner